

QUAL É A NOSSA?

MARCELO CRIVELLA (*)

O mundo caminha para uma crise de energia. É preciso que o Brasil tome as medidas necessárias para se prevenir. Embora alguns aleguem que o mundo consumiu até agora apenas um terço de suas reservas de petróleo, e que ele não é combustível fóssil mas uma oriundo de uma fonte renovável ligada ao magma da terra, teorias recentes ainda discutidas, eu quero lembrar um interessante estudo da Unesco que mostra como, em questão de energia, o tempo passa com uma velocidade vertiginosa.

O estudo considerou três arquétipos: o primeiro, um agricultor moderno, que teria existido na Europa por volta do século XIV. O segundo seria o homem da primeira revolução industrial, um inglês de 1850. O terceiro, denominado homem tecnológico, seria um americano de 1950. Adotando-se o índice 100 como consumo per capita de energia do homem industrial de 1850, o agricultor moderno do século XIV teria índice 20, e o homem tecnológico de 1950, índice 360.

Em termos de consumo de energia, portanto, o tempo se acelera de maneira espantosa. Foram necessários 400 anos para que o consumo subisse do índice 20 para 100. Mas em apenas 100 anos, cresceu de 100 para 360.

Tratando-se de crise de energia, não se deve brincar. O que parece ser longínquo pode não ser, até porque, no regime político democrático contemporâneo, se considera desenvolvimento o acesso da grande massa aos benefícios tecnológicos atuais. Imagine o impacto, no consumo energético, quando bilhões de excluídos, como é de se esperar, tiverem acesso, por exemplo, a geladeira, televisão, computador e automóveis.

O Brasil superou o apagão. Agora volta a crescer. E, por isso, cresce também o risco de novamente faltar energia. Pergunto: Qual o sentido de o Brasil exportar petróleo? Como é que o País abre mão de salvaguardas como essa? Veja o caso da Indonésia, que exportou suas reservas de petróleo a três dólares o barril, e hoje importa a quase oitenta dólares. O México, também grande exportador de petróleo, hoje tem reserva estimada em apenas onze anos.

É de se perguntar também por que o Brasil continua a exportar commodities com incentivo da Lei Kandir. Com o superávit comercial atual, forçando o preço do dólar para baixo, para que sobrecarregar nossas precárias estradas e portos com imensas cargas de minério de ferro, soja, suco de laranja, etc, com pouquíssimo valor agregado, e ainda assim com subsídio tributário? Qual o significado estratégico para o País?

Convido o leitor a pensar também nessa questão usando como paradigma os Estados Unidos, a potência hegemônica do presente, que

leva muito a sério a questão energética, porque tem clareza de que sem um adequado suprimento de energia, tanto em termos de preço como de quantidade, não será capaz de mover sua economia nem sua máquina de guerra. Lá, o consumo aparente é cerca de dois mil mega toneladas de petróleo equivalente por ano. Isso significa que cada americano, por ano, consome cerca de sete toneladas de petróleo equivalente. É o dobro do consumo de um cidadão europeu dos países ricos, e quase oito vezes maior que o consumo de cada brasileiro. Esse consumo gigantesco é constituído em 60% de hidrocarbonetos, petróleo e gás. E desse suprimento, 60 % é importado, o que significa um alto nível de vulnerabilidade.

Por conta disso, em 2005, o Presidente George Bush fez passar sua política energética no Congresso com objetivo de dar maior autonomia a sua matriz energética. O plano possui seis objetivos fundamentais: melhorar a conservação e eficiência energética das diferentes formas de consumo e produção de energia, com grande ênfase no programa Energy Star, que é parecido com o nosso Procel; aumentar a produção de petróleo nacional com exploração no Ártico; tornar economicamente viável o uso do hidrogênio como combustível líquido; investir no desenvolvimento de equipamentos de tecnologia limpa, para voltar a queimar carvão em grandes volumes, com, se possível, emissão zero de dióxido de carbono; aumentar a participação de etanol e do biodiesel na matriz energética americana, a partir da produção de milho e, por último, assinar tratados de cooperação com seus parceiros, grande consumidores de energia, especialmente China e Índia, para adoção de programas para o uso eficiente e a conservação de energia.

O Brasil, por sua vez, no limiar de um novo e vexatório apagão, aceita o veto ambiental para 15 hidroelétricas, não executa a eclusa do Tucuruí, que faz a ligação hidráulica norte-sul, não deslancha para valer seu programa nuclear, investe pouco no desenvolvimento tecnológico de sua biomassa, não tem ainda um marco regulatório do gás, não possui uma Política Nacional para Metais Estratégicos - e, portanto, é grande exportador de alumínio, ainda que isso signifique exportar energia a preço subsidiado. Por fim, assiste passivo a greve de fome para impedir a transposição do Rio São Francisco, que transforma o nordeste, de região problema, em região solução.

Os Estados Unidos, cujo povo é democrata mas que tem uma parcela de sua elite fortemente imperialista, hesita em assinar qualquer acordo internacional de proteção ao meio ambiente que limite seu potencial de crescimento econômico, o que é altamente condenável, mas, em se tratando de interesses estratégicos internos, são extremamente cuidadosos de sua cidadania. No caso, mostraram ser capazes de formular uma política energética. Qual é a nossa?

() MARCELO BEZERRA CRIVELLA, engenheiro civil, mestre pela Universidade de Pretória (África do Sul), é senador da República pelo PRB-RJ, líder de seu partido no Senado Federal e vice-líder do bloco de apoio ao governo.*